



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

32ª Reunião Ordinária Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

28 de novembro de 2011

**BRASÍLIA-DF
2011**

1 Aos vinte e oito e vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu-se no
2 Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes – Brasília/DF, o Conselho
3 Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, para a sua Trigésima Segunda Reunião
4 Ordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes de
5 entidades da Sociedade Civil: Altair dos Santos Lira (Titular) – FENAFAL; Célia Gonçalves Souza
6 (Titular) – CENARAB; Cláudio Aparecido da Silva (Titular) – SERUMANO BOCADÁ FORTE
7 HIP HOP; Clédisson Geraldo dos Santos Júnior (Titular) – UNE; Edson Luiz de França (Notório) –
8 UNEGRO; Eduardo Ferreira de Oliveira (Titular) – CNAB; Helcias Roberto Paulino Pereira
9 (Titular) – APN's; Ivo Fonseca Silva (Notório) – CONAQ; João Carlos Borges Martins (Titular) –
10 ANCEABRA; Maria Aparecida de Matos (Suplente) – RAN; Maria Helena Azumehohero –
11 (Notório); Maria Julia Reis Nogueira (Titular) – CUT; Mirian Stanescon Batuli de Siqueira (Titular)
12 Fundação Santa Sara Kali; Sofia Débora Levi (Titular) – CONIB; Valdice Gomes da Silva (Titular)
13 – FENAJ/CONAJIRA; Rita Bárbara Garcez Lima (Suplente) – INTECAB; Vera Regina Paula
14 Baroni (Titular) – AMNB; Conselheiros e Conselheiras representantes de Órgãos governamentais:
15 Cláudia Regina Bonalume (Suplente) – M. Esporte; Danielle S. Barbosa (Suplente) – Casa
16 Civil/PR; Antonio Mario Ferreira (Suplente) – MEC; Isabella Cristine da Rocha Albuquerque
17 (Suplente) MinC; Letícia Miguel Teixeira (Suplente) – M. Cidades; Alexandre da Anunciação Reis
18 (Suplente) Fundação Palmares; Edvaldina Lopes Calmon (Suplente) – MDA; Antônia da Silva
19 Samir Ribeiro (Titular) – MMA; Aida Rodrigues Feitosa (Titular) – MMA; Jozilene Maria de Góis
20 (Titular) – Ministério das Comunicações; Joelmo Jesus de Oliveira (Titular) – MCT; Júlia Roland
21 (Titular) – Ministério da Saúde; Mário Lisboa Theodoro (Suplente) – SEPPIR; Kátia Cristina
22 Favilla (Titular) – MDS; Mario José Monteiro (Suplente) MI; Milena Souto Maior de Medeiros
23 (Suplente) – Casa Civil; Regina Célia Sant'Anna Adami Santos (Suplente) – SPM; Reginaldo
24 Alves das Chagas (Suplente) – Min. Saúde; Valeria Payê Pereira (Titular) – FUNAI. Convidados e
25 Convidadas: Rui Leandro S. Santos – Ministério da Saúde; Maria José Monteiro, Assessora Técnica
26 do Ministério da Integração Nacional; Cleide Almeida, CNAB; Bruno Moreth, diretor do MPOG;
27 Lucy Góes, Secretária de Planejamento da SEPPIR; Ivonete Carvalho, Secretária de Comunidades
28 Tradicionais da SEPPIR; Anhamona Brito, Secretária de Ações Afirmativas da SEPPIR; Maria do
29 Carmo, Assessoria do FIPIR; Magali Naves Assessoria Internacional da SEPPIR; Juci Machado,
30 Assessoria de Comunicação da SEPPIR; Luis Barcelos, assessor da SEPPIR e Carlos Alberto
31 Junior, Ouvidor da SEPPIR. As atividades da Trigésima Segunda Reunião Ordinária iniciaram no
32 dia dezesseis de agosto, com a seguinte programação: Item 1 – Abertura – Os trabalhos da 31^a
33 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do CNPIR/SEPPIR/PR
34 foi iniciada pela ministra Luiza Helena Bairros, Presidenta do CNPIR. A presidente do Conselho,
35 Luiza Helena Bairros procedeu à abertura da 32^a Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
36 Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR/PR, saudou os membros do Conselho presente à trigésima
37 segunda reunião ordinária do CNPIR e após verificação do quorum foi instalada a 32^a Reunião
38 Ordinária. **Item 02 – APROVAÇÃO DAS ATAS DA 30^a E 31^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
39 **CNPIR:** Foram aprovadas as atas da 30^a e 31^a Reunião Ordinária do CNPIR, sem alterações. **Item**
40 **03 – INFORMES GERAIS:** A conselheira **Sofia Débora** distribuiu a Revista Menorah, edição de
41 junho de 2011, que aborda a história dos judeus etíopes, ramo afrodescendente do povo judeu.
42 Convidou os conselheiros e conselheiras para o evento, no dia 28, na sede da Associação Cultural
43 Israelita de Brasília. Também fez o convite ao CNPIR para participar da solenidades do Dia
44 Universal dos Direitos Humanos no Memorial Judaico de Vassouras, evento que ocorrerá nos dias 9
45 e 10 de dezembro, na cidade de Vassouras (RJ). O Memorial e o Conselho dos Direitos do
46 Negro/CEDINE organizam em conjunto. A conselheira Júlia Roland informou sobre a 14 a
47 Conferência Nacional de Saúde, que é o evento sobre saúde mais importante no Brasil e acontecerá
48 em Brasília, no período de 30 de novembro a 4 de dezembro de 2011. Sob o tema “Todos usam o
49 SUS! SUS na Seguridade Social - Política Pública, Patrimônio do Povo Brasileiro” e como eixo
50 “Acesso e acolhimento com qualidade: um desafio para o SUS”, a 14^a Conferência tem por objetivo
51 discutir a política nacional de saúde, segundo os princípios da integralidade, da universalidade e da

1 eqüidade. A conselheira **Vera Baroni** informou de sua participação na III Conferência Nacional dos
2 Direitos da Pessoa Idosa realizada em Brasília, no período de 23 a 25 de novembro de 2011. A
3 Conferência com o tema “O Compromisso de Todos por um Envelhecimento Digno no Brasil”. O
4 objetivo central do evento foi debater avanços e desafios da Política Nacional do Idoso e demais
5 assuntos referentes ao envelhecimento. Relatou que apresentou várias propostas com recorte racial.
6 O Conselheiro **Cláudio Silva** informou sobre a semana da Cultura Negra em São Paulo referente ao
7 mês de novembro comemorativo ao dia da consciência negra e parabenizou a CONAQ pela marcha
8 dos Quilombolas e o ato no Senado Federal. A Conselheira **Eunice Léa** informou sobre a realização
9 da 3^a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - “Autonomia e Igualdade para as
10 Mulheres”, em Brasília de 12 a 15 de dezembro de 2011 no Centro de Convenções Ulisses
11 Guimarães. O Conselheiro **Altair Lira** informou sobre o Encontro Nacional das Associações de
12 Pessoas com Doenças Falciformes, com o Tema Geral: “Fortalecendo o Controle Social,
13 fortalecendo o SUS” 17 de Outubro de 2011, Fortaleza/Ceará. O fortalecimento do Controle Social
14 em Doença Falciforme, a partir da formação, capacitação e interação dos atores e atrizes sociais que
15 promovem a discussão sobre o direito à saúde e direitos sociais da pessoa com doença falciforme,
16 enquadrando elementos das políticas públicas necessárias para garantir o acesso integral à saúde e a
17 melhoria da qualidade de vida destas pessoas, visando à concretude da Política Nacional de Atenção
18 Integral às Pessoas com Doença Falciforme e sexta edição do Simpósio Brasileiro de Doença
19 Falciforme, ocorrido em Fortaleza, no período de 17 a 20. 27 de outubro, dia que se destaca como
20 sendo o dia nacional de luta pelos direitos das pessoas com doença falciforme. O Conselheiro
21 **Helcias Pereira** informou da sua participação do XXI Conferência Nacional dos Advogados com o
22 tema Defesa das Liberdades, da Democracia e do Meio Ambiente, nos período de 20 a 24 de
23 novembro de 2011 em Curitiba – Paraná. Participou da mesa: Negros em Movimento: A
24 Participação Social para a Afirmação da Igualdade e Liberdade - O Estatuto da Igualdade Racial
25 Pós Um Ano de Vigência. A Conselheira **Marta Cezária** informou da Conferência Mundial dos
26 Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS), realizado entre os dias 19 e 21/10, no Rio de Janeiro, O
27 encontro tratou de temas ligados a uma agenda estratégica global sobre doenças crônicas não-
28 transmissíveis, estilos de vida saudável, desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. A
29 proposta visou a formulação de estratégias de combate as iniquidades sociais por meio da ação
30 sobre os determinantes sociais de saúde. Informou também do evento Novembro Negro na PUC
31 Goiás, o Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiros da PUC Goiás, em parceria com o Grupo
32 de Mulheres Negras Dandara no Cerrado realizará o Curso POPULAÇÃO NEGRA, MÍDIA E
33 DIREITOS HUMANOS e O lançamento do filme ayrábeji de xangô, no dia 02 de dezembro de
34 2011. O Curso será entre 8h e 18h e o lançamento do documental às 19h, no Auditório do Básico,
35 Área 2 da PUC Goiás. Os eventos são parte das ações do projeto “Ifarádá - Resistência e Direitos
36 Humanos em Goiás” apoiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, que tem como objetivos:
37 aprofundar debates e reflexões sobre os direitos humanos e a discriminação étnico-racial e de
38 gênero, no contexto do Ano Internacional dos Afro-descendentes; Articular a Rede de Entidades
39 Negras e Quilombolas do Estado de Goiás; lançar a Plataforma Política das Mulheres Negras do
40 Estado de Goiás, construída como resultante de um processo/projeto desenvolvido entre os anos
41 2008-2010 e articular a rede goiana de mulheres negras. A Conselheira **Edvaldina Lopes Calmon**
42 informou sobre a Chamada pública que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para a
43 prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a famílias quilombolas em
44 vulnerabilidade social de seis estados: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Espírito
45 Santo. A Conselheira **Valdice Gomes** informou sobre o Encarte Afro AXÉ ESPECIAL do Jornal
46 Tribuna Independente. Também informou que participará do Seminário Racismo e sexismo na
47 mídia: uma questão ainda em pauta, no Rio de Janeiro, nos dias 29 de novembro a 1º de dezembro
48 de 2011. A Conselheira **Maria Aparecida de Matos** informou que a Universidade Federal de
49 Tocantins irá implementar cotas no vestibular para quilombolas. A Conselheira **Maria Júlia Reis**
50 informou sobre o 1º Fórum Nacional “A Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro”, que acontece
51 nos dias 28 e 29 de novembro, em Salvador/BA. O evento é uma realização da CONTRAF-CUT,
52 onde os temas sobre a análise de conjuntura política das relações raciais no Brasil e o Estatuto da

1 Igualdade Racial e a atuação de parlamentares no combate à discriminação serão debatidos no
2 encontro e a realização de seminário na área da Educação no dia 15 de dezembro. Falou da
3 realização no dia 19 de novembro passado, de questionário em parceria com o CEERT e INSPiR e
4 também do Premio Liberdade e Democracia, O 1º Prêmio CUT visa resgatar exemplos e
5 personagens que contribuem com o momento histórico atual do país, além da construção da própria
6 central. O Conselheiro **Eduardo de Oliveira** informou sobre a VIII Marcha da Consciência Negra
7 20 de Novembro com o tema Um Dia de Luta Contra o Genocídio da Juventude Negra. Protestou
8 contra a marcha dos cachorros que teve o objetivo de rebaixar a marcha da consciência negra.
9 Agradeceu o apoio da Seppir ai Hino à Negritude. O Conselheiro **Clédisson Junior** informou sobre
10 o 39º Congresso da UBES – CONUBES, de 01 a 04 de dezembro, na cidade de São Paula, mais
11 uma vez dentro do movimento estudantil dá aos estudantes da Educação Básica (ensino
12 fundamental e médio), ensino técnico e pré-vestibular , o direito à voz e voto! Esse é um momento
13 decisivo para que aconteça novas e maiores mudanças na Educação, debatendo e aprovando as
14 resoluções que irão orientar a atuação da próxima gestão da UBES. O conselheiro **Edson França**
15 informou que entre os dias 10 e 13 de novembro realizou-se o 4º Congresso Nacional da UNEGRO,
16 no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, Brasília/DF. Evento que envolveu 700 delegados e
17 delegadas tiradas em plenárias realizadas em 23 estados e Distrito Federal, dando mostra da força
18 da Entidade. Falou também do Encontro Nacional do PCdoB: Desafios da luta contra o Racismo e
19 às Desigualdades Sociais, que será realizado nos 03 e 04 de dezembro, na sede do Comitê Central
20 do Partido, em São Paulo. O Conselheiro **Helcias Pereira** informou sobre o evento em homenagem
21 a Abdias do Nascimento no dia 13 de novembro na Serra da Barriga, onde contou com a presença
22 da ministra Luiza Bairros, além de várias lideranças do movimento negro e do governo. **Item 04 –**
23 **LEITURA E APROVAÇÃO DA PAUTA:** O Conselheiro **Cláudio Aparecido da Silva** solicitou
24 a inclusão como primeiro ponto de pauta, a estrutura das reuniões da CNPIR, justificou por conta
25 das dificuldades da sociedade civil, para vim às reuniões da CNPIR e sobre a reorganização, a
26 reforma administrativa do governo federal, em que se discute a reorganização da SEPPiR dentro de
27 um ministério grande, que discutirá direitos humanos de uma forma plena. Que interessa muito para
28 a sociedade civil, se posicionar no Conselho Nacional de Igualdade Racial sobre esse assunto. A
29 **Conselheira Sofia Débora Levy:** solicitou a correção na programação, onde está listada a reunião
30 das comissões permanentes, a comissão quatro, povos e comunidades tradicionais e liberdade
31 religiosa, pediu para constar que, na reunião ordinária anterior, já havia ocorrido esta mesma falha,
32 acha importante que este tipo de erro não se repita. A **Conselheira Vera Regina Paula Baroni:**
33 propôs que na reunião das comissões permanentes seja feita, também, a reunião do GT para o
34 Encontro Ibero-American, porque não pode apresentar um relatório do GT sem que o GT tenha se
35 reunido para fazer o fechamento da sua atuação e que não tiveram tempo, do encontro até essa
36 reunião, de se encontrar, então a proposta é que esse ponto do relatório seja remetido para amanhã.
37 O Pleno acatou a alteração e aprovou a Pauta da Trigésima Segunda Reunião Ordinária. **Item 05 -**
38 **ESTRUTURA DAS REUNIÕES DA CNPIR:** O Conselheiro **Cláudio Aparecido da Silva**
39 informou das dificuldades dos conselheiros e conselheiros em participar das reuniões e dos atrasos
40 na emissão de passagem e no deposito das diárias e que em muitos casos, alguns chegam em
41 Brasília sem dinheiro para custear a sua estadia e que já teve casos de membros do conselho quase
42 dormir na rua em gestões passada. A **Conselheira Mirian Stanescon Batuli de Siqueira** disse que
43 se sentiu aliviada por saber que ela não era a única a enfrentar dificuldades para participar das
44 reuniões do CNPIR e relatou o constrangimento no Espírito Santo, no SESC, onde aconteceu o
45 Encontro das Comunidades Tradicionais sobre a Conferencia de Segurança Alimentar e Nutricional
46 e também no Encontro Ibero-American em Salvador, onde recebeu a passagem no dia 18 de
47 novembro para viajar no dia 15 de novembro, é preciso que haja o mínimo do mínimo de respeito a
48 todos os conselheiros presentes. A **Conselheira Makota Célia Gonçalves Souza** pediu para ajustar
49 melhor a agenda, citou oficina de matriz africana no Maranhão que está acontecendo no mesmo
50 período da reunião do Conselho e a questão das atividades casadas, por exemplo, o lançamento da
51 Secretaria de Direitos Humanos da Comissão Inter-Religiosa quanto à discriminação racial que será
52 logo após a reunião do CNPIR e muitos gostariam de participar, irá até economizar para o governo

1 já que os conselheiros já estão em Brasília, disse que não há tempo suficiente para voltar para Belo
2 Horizonte e retornar para Brasília. **A Conselheira Maria Aparecida Matos** falou da sua solicitação
3 de antecipação de data para a viagem para Salvador e que não foi atendida mesmo encaminhando
4 ofício para o CNPIR. Comprou a forma como estão sendo escolhidos os representantes do Conselho
5 para participar de comissões e que os suplentes não podem participar, só os titulares. **A Ministra**
6 **Luiza Helena Bairros** pediu a compreensão de todos e todas e pedirá para área administrativa
7 resolver esse problema de passagem e diárias. Sobre os demais questionamentos, disse que as áreas
8 responsáveis responderem e dando prosseguimento, passar para o ponto sugerido pelo Conselheiro
9 **Cláudio Aparecido da Silva** propôs o debate sobre a reforma ministerial e elaboração de uma carta
10 em defesa da SEPPIR para ser entregue ao Ministro Gilberto Carvalho. Após o debate foi
11 deliberado não entregar a carta ao ministro. **Item 06 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DO**
12 **GT PARA O ENCONTRO IBERO-AMERICANO:** **A Conselheira Vera Regina Paula Baroni**
13 apresentou o relatório do GT para o Encontro Ibero-Americanano e destacou 3 pontos: O primeiro
14 sobre as atividades, depois sobre as questões políticas que nós tivemos que administrar e a terceira
15 sobre problemas administrativos operacionais. Resgatou que a comissão foi formalizada,
16 constituída na XXXI reunião ordinária do CNPIR, a partir de uma fala da ministra, que informou
17 sobre a realização do encontro ibero-americano para fechar o ano dos afrodescendentes aqui no
18 Brasil, com outros países da América Latina e Caribe e nessa oportunidade, foi escolhida uma
19 comissão, que foi composta de uma pessoa de cada uma das comissões do conselho. Então, fizeram
20 parte da comissão do Afro-21, o Clédisson, Vera, a Ekedí Sinhá, que por razões particulares não
21 pôde acompanhar a comissão, mas sua suplente, a Rita Bárbara, a Júlia Reis, que é representante da
22 CUT, o companheiro Edson França, da Unegro e Valdice, a conselheira do CONAJIRÁ. O
23 objetivo de preparar o encontro da sociedade civil, no encontro que aconteceu dentro do encontro
24 ibero-americano. Reuniram-se algumas vezes para poder dar conta dessa tarefa, a primeira reunião
25 aconteceu em setembro, dias 15 e 16, em Salvador, nas quais estavam presentes a SEPPIR,
26 representação do governo da Bahia, representação da Fundação Cultural Palmares, o Itamaraty, o
27 CGIB e a comissão. Foram informados da reunião da sociedade civil, no dia 16 de novembro e para
28 o qual precisava de uma preparação, considerando que essa reunião deveria acolher representações
29 do movimento negro brasileiro e também representação do movimento negro latino-americano e
30 caribenho. Fosse feita uma reunião preparatória do movimento negro brasileiro a esse encontro e a
31 proposta seria reunir 60 pessoas do movimento negro e fazer uma reunião preparatória de um dia. A
32 comissão propôs uma ampliação de uma reunião com 100 pessoas e uma reunião não só de um dia,
33 mas de dois dias. E na negociação, nós chegamos ao número de 84 pessoas para participar da
34 reunião preparatória durante 2 dias aqui em Brasília, em reunião que foi realizada nos dias 15 e 16
35 de outubro. O primeiro trabalho foi identificar quem seriam os convidados e as convidadas para
36 essa reunião preparatória e estabelecemos um critério de que deveriam ser pessoas representantes de
37 redes e entidades nacionais e também pessoas que fossem representantes de entidades, que fossem
38 regionais ou estaduais, mas que tivessem expressão nacional. A reunião preparatória do dia 15 e 16,
39 foi um momento de alguma tensão, não só para a SEPPIR, mas também para o GT, mas conseguiu
40 realizar os dois dias de reunião preparatória, com a participação das entidades que puderam chegar
41 ao encontro e tivemos um produto. O resultado desses dois dias de trabalho estão aqui registrados
42 nesse documento que foi solicitado à SEPPIR e que preparou para que fosse disponibilizado para
43 todos os participantes, o encontro da sociedade civil latino-americano e caribenho, que não seriam
44 mais 84 pessoas, mas seriam 250 pessoas do Brasil, mais 100 da América Latina e do Caribe. aqui
45 está o resultado do trabalho dos grupos dos dias 15 e 16 de outubro, em português e espanhol, para
46 que a delegação latino-americana também pudesse conhecer nossas propostas. Também estão duas
47 moções que foram aprovadas por unanimidade, uma que diz respeito à permanência da existência
48 da SEPPIR e moção em defesa do hino da negritude. No dia 15 foi apresentado o critério que a
49 comissão propôs para a escolha dos participantes e esses critérios foram ratificados pelos
50 participantes, inclusive com sugestão da ampliação dos 84 para 250 pessoas, que deveriam
51 participar do encontro lá na Bahia. Ao longo desse período, não só cuidaram de preparar uma pauta
52 que dessa conta em um dia daqueles que seriam os anseios do movimento negro brasileiro e latino-

1 americano, mas também de trabalhar para que todas as pessoas convidadas pudessem estar
2 presentes, o empenho foi nessas duas direções, várias atividades fizeram, encontro, reunião com a
3 representação das relações internacionais da SEPPIR, porque era muito interessante poder ter uma
4 relação mais rápida possível com a representação latino-americana. Infelizmente, não conseguimos
5 ter êxito nesse pleito, mas já próximo aos dias 14 e 15, recebemos um e-mail de Epsy Campbell,
6 que é uma mulher, liderança na América Latina e Caribe, representando as mulheres negras, ela fez
7 um contato com algumas pessoas da comissão, conseguiu estabelecer um elo com essa
8 representação, combinamos para que no dia 15 de outubro, portanto um dia antes do encontro, pudéssemos nos encontrar para fechar uma pauta comum e também negociarmos os termos da Carta
9 do Encontro, da Carta dos Latino-Americanos, que esse seria o resultado desse encontro. A Carta
10 também está neste documento, que foi proposição lá do dia 15 de outubro e nos deparamos com
11 uma informação, já havia uma representação do movimento negro, que já estavam estabelecendo
12 uma relação com as representações latino-americanas, já estavam negociando pautas sem que a
13 comissão tivesse conhecimento dessa pauta e de certa maneira, trouxe algum problema, a
14 responsabilidade de ter que discutir e negociar com essa representação, a comissão tinha a
15 convicção de que dialogar com essas entidades, com essas lideranças e encontrar um bom termo
16 para que dia 16 de novembro. No dia 15, conseguimos conversar com as lideranças dos países
17 ibero-americanos, falamos que tinham duas pautas, tinha uma pauta que era uma pauta saída dessa
18 comissão formalmente constituída e uma outra pauta que tinha saído de algumas organizações do
19 movimento negro e que queríamos encontrar uma unidade nessas duas pautas. À noite,
20 representantes de entidades da sociedade civil se reuniram e depois dessa reunião, foi tirada uma
21 comissão que discutiu com a representação latino-americana junto com o GT, onde foi fechada a
22 pauta. Do ponto de vista das questões políticas, a gente quer registrar que houve um questionamento
23 muito forte de representação da sociedade civil com relação a quem participaria desse encontro do
24 dia 16. Todos queriam, mas infelizmente nem todos puderam participar. Depois, essa questão aí da
25 duplicidade de pauta, que nós chegamos ao entendimento, tanto negociando com a sociedade civil,
26 quanto da ibero-americana. Mas nós queremos, também, registrar que tivemos problemas
27 administrativos operacionais e como nós estamos aqui em um momento de avaliação, eu acho que é
28 muito interessante que a gente possa falar sobre isso e nos acautelar para outros momentos e outros
29 encontros, que vão, com certeza, acontecer, para que a gente não tenha desgaste, muito menos a
30 SEPPIR possa vir a ser questionada com relação a problemas que, eu penso que eles sempre vão
31 existir. O primeiro problema administrativo operacional que a gente registra, foi a falta de
32 informação e contato com interlocutores ibero-americanos, então essa notícia a gente só teve a
33 informação quem eram os interlocutores, nós só tivemos na véspera do encontro, nós vivemos e
34 administramos esse problema, mas esse problema não é originário da comissão. Depois, também,
35 nós não tivemos informação sobre o encontro da juventude que aconteceu paralelamente ao
36 encontro ibero-americano, que também houve muito questionamento, como é, quem participa,
37 como pode ser e a gente ficava atônita porque não sabia exatamente como era esse encontro, já não
38 conseguíamos informação. O encontro aconteceu, mas a única coisa que nós pudemos fazer foi
39 trazer jovens, incluir na representação dos 250, então esses jovens vieram e foram participar do
40 encontro da juventude. Depois, um enorme problema que tivemos, que foi a questão da liberação
41 das passagens. Aí, a gente realmente vai ter que se debruçar sobre isso, porque aconteceram
42 realmente algumas coisas que não poderiam acontecer, por exemplo, nós definimos que a
43 palestrante do dia 16 seria uma pessoa de São Paulo, Nilza Iraci, que foi a nossa convidada, ela
44 formalmente recebeu o convite para fazer a palestra dia 16, mas ela só recebeu a informação da
45 liberação da sua passagem dia 21, então é uma coisa que não é admissível, não é? Porque se a gente
46 souber que tinham 500 passagens, a gente tinha que priorizar algumas, ontem nós recebemos uma
47 relação das pessoas que foram convidadas, mas nós identificamos que várias pessoas que estavam
48 naquela relação, elas não participaram, porque as passagens, a informação da disponibilidade da
49 passagem chegou muito depois da realização do encontro, outras que sabiam e acabaram
50 comprando passagem por sua própria conta e depois, também, isso vai gerar um problema
51 administrativo para a SEPPIR, enfim, a gente vai ter que conversar sobre esse trâmite
52

1 administrativo que foi ruim, que é coisa que pode ser evitada. Enfim, a gente identifica esse como
2 um dos maiores problemas que nós tivemos, mas a gente também entende que esse problema pode
3 ser sanado para um futuro encontro para que a gente tenha, vamos dizer, mais tranquilidade para
4 poder trabalhar. Por fim, a comissão avalia que buscou fazer um trabalho de inclusão de também
5 poder mostrar que o movimento negro brasileiro está maduro e pronto para negociar com outros
6 movimentos sociais de qualquer outro país, que nós temos bem definidos o que nós queremos e essa
7 coisa foi expressa não só por todos nós da sociedade civil, mas também pela nossa ministra, que é o
8 combate ao racismo, a gente tem falado muito em promoção da igualdade, não haverá promoção da
9 igualdade se nós não olharmos o racismo de frente e não fizermos o embate com ele para que ele
10 seja vencido. Nós avaliamos, nos auto-avaliarmos e considerarmos que nós buscamos trabalhar com a
11 máxima transparência com as entidades da sociedade civil e, por fim, a gente quer agradecer a
12 confiança que o conselho depositou em nós em poder cumprir essa tarefa. Obrigada. Após a
13 apresentação foi debatida pelo Pleno do CNPIR. **Item 07 - FÓRUM DIREITOS E CIDADANIA**
14 - **"VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS"**: O Ministro Gilberto Carvalho fez apresentação do
15 programa e ressaltou que fez questão de participar primeiro, em respeito ao Conselho da Igualdade
16 Racial, pela importância decisiva, crescente que esse tema tem para o nosso povo, para o nosso
17 governo e participar dessa reabertura do trabalho, em que nós, em que o Mário, na verdade,
18 secretário executivo da SEPPIR, vai apresentar uma proposta que está sendo elaborada nesse fórum
19 a que se referiu a Ministra Luiza. Esse fórum direito e cidadania, que reúne a SEPPIR, a Secretaria
20 das Políticas para as Mulheres, à Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria Geral da Presidência,
21 Ministério da Cultura e o Ministério do Esporte como elementos de coordenação procurando
22 trabalhar, dentro do governo temas transversais, temas que resgatem esse aspecto de exercício dos
23 direitos, exercício da cidadania na medida em que nós compreendemos que ser governo é muito
24 mais do que apenas construir obras, mesmo obras sociais. O legado do nosso governo, assim nós
25 entendemos, a Presidenta Dilma entende, tem que trabalhar a perspectiva do crescimento da
26 cidadania, do crescimento da autonomia das pessoas, das organizações sociais e tem que trabalhar a
27 perspectiva da conquista de novos direitos, uma nação você constrói, a partir, sobretudo, desse
28 amadurecimento, desse avanço, dessa evolução, em que cada vez mais a cidadania se afirma e ela
29 constrói, com o apoio do governo, mas ela constrói o princípio da equidade, da igualdade de
30 oportunidades, enfim, aquilo que a gente sempre sonhou, de uma sociedade justa, uma sociedade
31 igualitária e socialista, então, nessa perspectiva, o fórum começou a se debruçar em cima de alguns
32 temas, trabalhar em cima de alguns eixos e desde o inicio, apareceu como um tema importante, que
33 nós deveríamos enfrentar, do tratamento da questão da busca da igualdade racial, um tema
34 premente, que era o tema da violência contra a juventude negra, até porque as estatísticas são
35 gritantes e nos mostram com muita clareza essa intensidade dessa violência em todo seu espectro
36 que ocorre em relação à juventude negra. Estamos tratando também, nas diversas alas de atuação,
37 outros temas, um deles é a questão da mulher, das oportunidades profissionais, culturais, de
38 afirmação da mulher, toda a questão do gênero e uma outra questão que nós estamos tratando,
39 inclusive apresentaremos à Presidenta amanhã um projeto, é ligado à questão do tratamento do
40 resíduo sólido, que vai se tornando, cada vez mais, uma questão importante, que não é apenas uma
41 questão física, ela também demanda uma participação cidadã na medida em que o segmento dos
42 catadores cada vez mais se afirma, um papel que tem que ser preservado contra uma linha que
43 trabalha apenas a questão empresarial e que vai para o caminho da incineração, a valorização da
44 questão da reciclagem, a participação, portanto, muito ativa dos catadores nessa questão e o papel
45 de educação de reeducação da sociedade brasileira também para a questão do consumismo e do
46 próprio tratamento adequado do material reciclável, da separação do lixo e assim por diante. Então,
47 o fórum, portanto, tem um espectro bastante amplo de atuação e um dos temas que focamos,
48 priorizamos, é esse tema da violência contra a juventude negra. Eu preciso ressaltar que esse tema,
49 esse programa, essa proposta que vamos apresentar aqui, de maneira nenhuma está pronta, o
50 processo dela implica, exatamente, em uma discussão necessária aqui neste conselho, foi
51 apresentada ao conselho da juventude na semana passada, já recebemos uma série de contribuições
52 e de críticas, a nossa expectativa é que também que vocês, ao virem a proposta, possam apresentar

1 contribuição e sugestões para que o programa; no dizer da nossa Presidenta Dilma, ponha-se de pé,
2 ou seja, que ele se estruture, ele tenha consequência, ele, de fato, atinja o resultado que nós visamos,
3 que é, exatamente, a redução do processo de violência contra a juventude negra e violência aqui,
4 como já disse, todo o seu sentido mais amplo do preconceito, da discriminação, da violência
5 policial, enfim, toda a questão da prevenção e assim por diante. Então, o Mario vai nos apresentar
6 essa proposta agora, nós pedimos, da parte de vocês, uma discussão implacável, no sentido de que
7 sejam muito críticos, porque vocês vivem essa situação, conhecem melhor do que nós, no dia a dia,
8 esse processo, então nós queremos essa contribuição e depois dessa discussão, nós voltaremos a
9 refazer o processo e, em um dado momento, vamos apresentar à Presidenta Dilma para que ele se
10 torne, de fato, não uma política da SEPPIR ou da Secretaria de Direitos Humanos, mas uma política
11 de estado, uma política de governo. Esse é o roteiro que nós queremos percorrer e nem precisa dizer
12 para vocês das razões, vocês conhecem melhor do que eu, as razões éticas e políticas que nos levam
13 a essa escolha. Eu acho que vemos com bons olhos e com alegria a crescente mobilização de
14 combate a todas as formas de racismo na nossa sociedade, mas que tem, infelizmente, uma
15 persistência impressionante, que se manifesta a cada passo, a cada gesto, a cada momento da nossa
16 cultura e sabemos, portanto, que é uma luta de larguíssimo prazo que nós temos que enfrentar, mas
17 é preciso intensificar e dar combate a toda forma de preconceito e discriminação. É nessa
18 perspectiva que a Presidenta Dilma está apoiando essa iniciativa e espera de nós, no padrão de
19 exigência que é muito próprio dela, um projeto com começo, meio e fim. Portanto, a contribuição
20 de vocês para que o projeto seja mais aperfeiçoado quando apresentarmos a ela, porque essa é uma
21 característica muito positiva da presidente, de ser extremamente rigorosa com a precisão, com a
22 eficiência, com a eficácia dos projetos que o governo trabalha. E esse fato de não lançar um
23 programa a partir apenas da audiência interna do governo, da elaboração dos cérebros internos ao
24 governo, mas com a sociedade, está nesta perspectiva de construirmos um governo efetivamente
25 democrático, onde a questão da participação não é apenas uma concessão do governo, mas uma
26 conquista que já foi estabelecida pela sociedade, que é uma conquista que vocês, que os
27 movimentos sociais têm, da nossa parte essa decisão de que a democracia só se alcança quando
28 você pratica a democracia, desde os primeiros e mais elementares gestos, então esse debate também
29 tem este aspecto, de uma forma democrática para se conseguir a equidade, não tem outro sistema
30 para se conseguir a equidade social, que não seja, de fato, a democracia e a participação. É uma
31 última palavra que eu queria, como eu sei que aqui nós temos companheiros representantes de
32 muitas entidades, eu queria dizer uma palavra em relação a governo e sociedade, governo e
33 entidades sociais, depois dos problemas havidos no Ministério do Esporte, do Trabalho, etc., há
34 uma tendência hoje generalizada de se realizar uma criminalização das entidades, a ponto de muitos
35 companheiros nossos, que somos oriundos de entidades sociais, de ONGs, de entidades de
36 mobilização social, nos sintamos quase que culpados quando, na verdade, se nós fôssemos calcular
37 o que o governo economiza de recursos para que a sua ação social lá na ponta ocorra graças ao
38 trabalho das entidades, eu citava para ela, por exemplo, o caso da ASA, da articulação do semi-
39 árido, a questão da Pastoral da Criança, a questão das entidades que trabalham, também, o combate
40 ao racismo, etc, o governo gastaria muito mais do que esses parcos recursos que são dados para as
41 entidades. Ocorre que a esperteza e a tendência meio criminal de muita gente de querer usar
42 qualquer caminho para lucrar, para espoliar, para roubar o dinheiro público, os levou a essa situação
43 em que, de repente, é uma generalização e criminalização das entidades. Os decretos que a
44 Presidenta Dilma, e portaria, fez até agora, no sentido de endurecer essa relação, é exatamente na
45 perspectiva de buscar separar o joio do trigo e, portanto, as entidades que são sérias não precisam
46 temer e o governo reconhece, de maneira auto-crítica, que ele não teve pernas e nem investiu o
47 necessário na qualificação dos companheiros, qualificação que eu digo funcional, contábil, dos
48 companheiros das entidades e muitas vezes erros foram praticados, eles foram não por má-fé, não
49 por tentativa de desvio, de má versão dos recursos públicos, mas por falta de capacidade, de
50 competência gerencial de formalização e também porque é um pouco absurdo exigir de uma
51 entidade social o mesmo tipo de rigor que se exige de uma prefeitura e assim por diante.
52 Dramaticamente, eu não me esqueço de uma pessoa da Pastoral da Criança, dizendo "Gilberto,

1 como é que eu vou arrumar a nota de um barqueiro que atravessa um agente social nosso lá do outro
2 lado do rio, da abobrinha e do tomate que a gente compra lá na feira para fazer o alimento das
3 crianças, então, tem coisas que a gente precisa compreender diferentemente e sem perder o zelo
4 pelo dinheiro público, porque, evidentemente, como governante, cada um de nós é responsável por
5 cada centavo do dinheiro público e mesmo que não quiséssemos, somos, quando a gente assina um
6 convênio, a gente é o responsável, no limite, pelos problemas que aquele convênio vai trazer e
7 respondemos individualmente por isso, inclusive. Então esse processo todo, para além de finalizar
8 as entidades, produziu aqui na Esplanada um medo generalizado entre os funcionários de por
9 assinatura em qualquer convênio, sob pena do TCU te fazer uma glosa, de abrir uma investigação e
10 você acabar sendo criminalizado o funcionário público. E aí, é aquela solidão desgraçada de
11 arrumar advogado e assim por diante, o que é duro. Então, nós estamos, só estou dizendo tudo isso
12 para dizer para vocês o seguinte, nós, com o apoio da Presidente, montamos um grupo de trabalho
13 com representantes da sociedade civil e do governo, estamos trabalhando a construção de um novo
14 marco regulatório, que permita dar estabilidade, dar segurança para essa relação, que separe o joio
15 do trigo, que afaste essas entidades que foram criadas por politicagem ou por esperteza de algumas
16 pessoas, infelizmente e com isso a gente chegue dentro de um tempo bastante breve, a uma situação
17 que nos permita retomar essa relação, porque eu quero insistir, o governo não tem medo nem
18 vergonha das ONGs, tem orgulho do trabalho que as entidades cumprem, sabe que elas são
19 essenciais para que a nossa missão de mudar esse país se realize. Então, brevemente era isso,
20 pessoal, que eu queria dizer e quero já devolver a palavra. Vou me desculpar com vocês, nós
21 estamos com uma manifestação aqui na frente do Código Florestal, bastante ampla e a Presidenta
22 pediu que eu fosse lá receber, em nome dela, essas pessoas, porque aqui nós temos um princípio no
23 Palácio, ninguém que venha aqui em frente deixa de ser recebido por nós, então, eu não vou ficar
24 agora na apresentação, mas fiz questão de vir aqui para saudá-los, para prestigiar essa reunião e
25 falar de como para nós é importante a opinião de vocês. Muito obrigado. O Secretário Executivo da
26 SEPPIR, **Mário Lisboa Theodoro**, agradeceu a oportunidade de estar falando desse fórum direito e
27 cidadania. E que queria fazer uma apresentação mais objetiva possível, mas não podia deixar de
28 contar um pouco a história desse fórum. O Ministro Gilberto já fez uma fala inicial, mais ou menos
29 contextualizando o fórum, mas eu gostaria de colocar mais alguns pontos, que me parecem
30 importantes para a gente entender o que é esse fórum. Na verdade, esse fórum é o quarto fórum
31 criado pela Presidenta da República, nós temos alguns fóruns que são o da participação social e
32 democracia de gestão pública, o fórum do Brasil sem miséria, o fórum de infra-estrutura e o de
33 desenvolvimento econômico, são fóruns que cuidam de problemas que nós achamos que são
34 problemas momentâneos, problemas que devem ser tratados de uma forma multifacetada,
35 problemas que não são do âmbito de um ministério só ou de uma especialização só, mas são
36 problemas que levam em consideração a ação do governo de uma maneira concertada e de uma
37 maneira sincronizada. Esse fórum foi aberto, o Ministro Gilberto abriu esse fórum, para que nós
38 elegêsssemos problemas na área do direito e da cidadania, que fossem objeto de uma ação maior do
39 governo e a Ministra Luiza Bairros pediu a palavra na época, na reunião dos ministros e falou que
40 tinha uma questão dentro do âmbito da questão racial, uma questão que é particularmente
41 preocupante, um problema muito explicitado na sociedade e que não estava sendo, evidentemente,
42 tratado pelo poder público como mèrezia, que era justamente o problema da violência contra os
43 jovens negros e a fala da ministra convenceu prontamente os outros ministros, que participavam da
44 reunião e esse foi o primeiro tema a ser eleito dentro do fórum direitos e cidadania, como tema a ser
45 tratado pontualmente. Então, eu gostaria de começar justamente falando da estrutura desse fórum,
46 ele envolve, além da SEPPIR, a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Políticas para
47 Mulheres, o Ministério da Cultura, o Ministério do Esporte, a coordenação da Secretaria Geral da
48 Presidência da República, na figura do Ministro Gilberto Carvalho, mas existe uma Secretaria
49 Executiva, que é a Doutora Larissa Brito, da MINC que também tem feito um trabalho
50 extraordinário, infelizmente não pôde estar aqui agora, mas André e Edmilson, que são dois
51 colaboradores, que estão trabalhando, também, de uma forma fantástica, nos ajudando aqui. Então
52 essa é a composição. Além dessa coordenação que existe a coordenação e o grupo executivo, que é

1 formado pelos secretários executivos desses órgãos, nós temos outros membros que estão
2 participando, como o Ministério da Saúde, da Justiça, Comunicações, Pesca, Trabalho e Emprego,
3 Educação, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, FUNAI, SENAD e Desenvolvimento Agrário.
4 O ponto de partida disso tudo são as diretrizes que a própria Presidenta colocou, das ações dessa
5 gestão governamental, que são quatro diretrizes básicas, que são: consolidar cidadania para todos,
6 priorizando ações que promovam autonomia de cidadãos e cidadãs e fortaleçam as suas capacidades
7 para exercício pleno de seus direitos. O segundo é a participação social, com debate com diversos
8 segmentos da sociedade. Terceiro, agendas transversais, que apontem soluções a problemas que
9 impeçam a consolidação da cidadania brasileira e garantir os valores cidadania. Eu queria fazer uma
10 ressalva de que esse plano tenta seguir todas essas diretrizes quando ele coloca a questão da
11 cidadania para todos, você não pode ter um grupo de jovens negros que sofre de violência, que
12 impede o exercício pleno da cidadania. Ao mesmo tempo, a participação social tem que ser
13 garantida como nesse espaço aqui agora, nós estamos em preparação para mostrar esse documento
14 para a Presidenta Dilma, esse documento vai ser apresentado para a Presidenta Dilma possivelmente
15 nas próximas duas semanas, antes disso, nós estamos fazendo todo o movimento para escutar a
16 sociedade, para que a gente tenha um documento mais real, mais potente, além dessa reunião, já foi
17 feita uma reunião com o Conselho Nacional Justiça e nós estamos também prevendo algumas outras
18 reuniões, uma, por exemplo, com organizações não governamentais, da sociedade civil, que tratam
19 da questão da juventude e do jovem negro, mais especificamente, deve ser a segunda semana de
20 dezembro, isso dependendo do calendário da Presidenta, porque essa reunião tem que ser feita antes
21 da apresentação para a Presidência para que a gente possa incorporar mais coisas com relação a essa
22 diretriz. Não estamos aqui trabalhando da perspectiva unicamente de segurança pública, não é essa
23 a idéia, é um resultado de uma falta de cidadania em última instância, não adianta só botar polícia,
24 reduzir essa criminalidade se não se dá condições de exercício da cidadania para esses grupos, que
25 são os grupos mais afetados. Então, eu gostaria de mostrar, primeiro, essa violência contra os jovens
26 negros do ponto de vista deste direito e cidadania. Qual é a perspectiva que nós temos?
27 Infelizmente, nosso país é campeão em homicídios no mundo, nós temos taxas de homicídios que
28 são quase taxas de países em guerra. Com relação à população negra, jovem, a população negra
29 jovem, para vocês terem uma idéia, a taxa de homicídio para esse grupo negro jovem chega a ser
30 maior que a taxa de homicídio da população do Iraque na época da guerra, ou seja, na verdade, nós
31 temos uma guerra, uma guerra contra um determinado grupo de cidadãos brasileiros, que são jovens
32 negros e a gente tem que enfrentar esse problema, que é um problema muito sério. A agenda de
33 direito e cidadania constitui uma oportunidade histórica para levantar o debate na sociedade, a partir
34 de valores da igualdade e da não discriminação. A partir do enfrentamento da violência dos jovens
35 negros por meio de um esforço conjunto do governo e da sociedade, vou colocar um primeiro
36 quadro que é justamente esse que mostra os homicídios no Brasil, esse nosso campeonato perverso,
37 primeiro lugar perverso que é a partir do ano 2003, 2004, que existia um crescimento geral, vocês
38 podem perceber, há um refluxo, há uma quebra e há justamente uma quebra na época da campanha
39 do desarmamento, ou seja, isso mostra que a campanha do desarmamento foi importante e ações
40 desse tipo são muito importantes para a continuidade. Como vemos, um diagnóstico disso em
41 termos de faixa etária, vimos que tem um pico muito grande justamente dos 15 aos 40, esse
42 aumento gigantesco da taxa de homicídio nessas idades. E quando a gente coloca negros e brancos,
43 a gente vê que esse pico se dá, principalmente, por conta dos homicídios com os jovens negros, a
44 linha mais elevada é a dos jovens negros e a vermelha são jovens brancos, a gente vê esse
45 diferencial entre uma linha e outra, essa área é a área que nós colocamos como a área de ausência de
46 cidadania, é a área que mostra o diferencial e o maior risco de ser um jovem negro na sociedade
47 brasileira em relação ao que acontece com o jovem branco. Esse é o nosso ponto de partida, nós
48 temos uma linha que é mais preocupante ainda, que é essa linha em seguida, a linha vermelha, aos
49 jovens negros, mortalidade, homicídio sobre os jovens negros e a linha azul são os jovens brancos,
50 percebemos o seguinte, que está caindo a mortalidade de jovens brancos e de toda a população o
51 jovem negro a mortalidade é maior. É o crescimento quase explosivo dos homicídios com jovens
52 negros. Quando o Ministro da Saúde viu esse dado, falou o seguinte “o jacaré está abrindo a boca”.

1 A percepção que a gente tem é que está cada vez maior isso, esse é o quadro que a gente vai insistir
2 muito e mostrar para a presidência o seguinte, há que se fazer alguma coisa, porque nós estamos
3 com um grupo que está descolado do resto, ou seja, o resto da população está sofrendo
4 positivamente um decréscimo das taxas de homicídio, mas tem um grupo que, ao contrário, está
5 sofrendo uma explosão dessas taxas, que é o grupo de jovens negros em situação de violência.
6 Então, isso faz com que a gente tenha aqui o nosso problema, como reverter essa boca de jacaré
7 aberta, como fechar isso, como fazer com que a linha vermelha volte a descer para a linha azul e aí,
8 nós temos uma agenda, montamos uma agenda contra a violência sobre os jovens negros, que parte
9 do problema, que é a violência, as altas taxas homicídio contra a juventude negra, que é justamente
10 esse é o grupo que está sofrendo violência no Brasil e nosso objetivo é reduzir o número de
11 homicídios e a violência contra essa juventude. E como é que a gente vai fazer isso? Com um
12 conjunto de ações governamentais, de integrar ações do governo federal, realizar articulações com
13 estados e municípios e sociedade civil para enfrentar a violência contra os jovens negros,
14 considerando o racismo como elemento estruturante dessa violência. A nossa estratégia de atuação
15 qual é? Nós selecionamos 135 municípios que têm as maiores incidências de homicídios sobre
16 jovens, principalmente quando a gente fala em incidência de homicídios sobre jovens são
17 homicídios sobre jovens negros, esses 135 municípios respondem por, aproximadamente, 70% dos
18 homicídios cometidos contra os jovens negros, ou seja, a gente pegando esses 135 de um universo
19 de cinco mil e quinhentos, só os 135 a gente já vai trabalhar com 70% do nosso problema, nessa
20 primeira etapa, nós vamos trabalhar com esses 135 municípios que são municípios, todas as capitais
21 e, em sua grande maioria, municípios com mais de 200.000 habitantes, a idéia é trabalharmos
22 pontualmente, espacialmente, dentro desses municípios, nas áreas onde a violência é maior, onde
23 habita a população negra de mais baixa renda, que é quem sofre diretamente isso. Então, a partir
24 dessa idéia, nós montamos uma matriz com uma série de atividades de responsabilidade de vários
25 ministérios. Então, nós começamos com a própria SEPPIR, que tem uma meta que é dentro do
26 combate ao racismo, nós vamos ter a implantação do disque igualdade racial, que é no âmbito da
27 ouvidoria nacional, que está sendo montada a partir da entrada em vigor do Estatuto da Igualdade
28 Racial, a implantação de quatro módulos até 2015, sendo um deles destinado, especificamente, à
29 questão da violência contra os jovens negros, já tem meta, já tem orçamento para isso e o ano que
30 vem a gente já está colocando isso em prática. Além disso, no Ministério da Justiça, apoiar a criação
31 de núcleos de violência contra jovens negros em todas as unidades da federação por onde houver
32 defensoria pública, um pouco da experiência de São Paulo de defensorias e de colocar em todo o
33 Brasil núcleos que, especificamente, tratam da questão da violência ao jovem negro com
34 profissionais especializados para que seja enfrentado de uma forma mais efetiva em todos os
35 estados brasileiros. Além disso, no combate ao racismo ainda tem incluir o tema do racismo na
36 formação dos profissionais para problematização no ambiente institucional, formação sócio-
37 educativa de técnicos operadores de sistema sócio-educativo, da Secretaria de Direitos Humanos e
38 construir módulos específicos de ensino à distância. Combater o racismo institucional nas
39 corporações policiais, abordagem da questão da plataforma de ensino à distância, disponibilizada
40 pelo Ministério da Justiça para as polícias de todo o Brasil, a idéia é formar 35 mil agentes de
41 segurança pública no ano com essa perspectiva, com essa percepção de atuação contra a visão
42 racista. Num segundo instante que é, além do combate ao racismo, o combate especificamente à
43 violência, âmbito do Ministério da Justiça, a qualificação da investigação dos homicídios, o índice
44 de investigação é muito pequeno e muito mal qualificado com relação a isso, então a idéia é de que
45 a gente trabalhe esse tema, essa qualificação dos profissionais que trabalham com essa área,
46 fortalecer as ouvidorias da polícia, independente, tipo força nacional de segurança, departamento de
47 polícia e fomentar a criação dos estados, ainda deficitários desse serviço. Essas ouvidorias, em
48 alguns estados, têm funcionado muito bem, tem sido até objeto de reclamação das polícias, que do
49 nosso ponto de vista é algo muito interessante, porque mostra que ela está tendo alguma efetividade
50 no controle da ação das polícias. Ainda no combate à violência, nós temos fortalecimento de
51 projetos locais de prevenção à violência com a participação de jovens, Ministério da Saúde,
52 campanhas publicitárias de combate à banalização da violência, Secretaria Nacional de Justiça e o

1 guia de pactuação com gestores do município para implementação do Guia Municipal de Prevenção
2 da Violência Letal Contra Adolescentes Jovens, da SDH, que é uma parceria da SDH com a
3 UNICEF, do observatório das favelas, laboratório de análise da violência da USP. Ainda, no
4 combate à violência, no SNJ, criação de ambiente virtual voltado para a articulação do observatório
5 da juventude, com a participação da juventude brasileira, Projeto Viva Jovem, apoio a serviços de
6 defesa técnica qualificada aos adolescentes em conflito com a lei para garantia de acesso à justiça,
7 apoio à rede de promoção de atenção à saúde das pessoas em situação de violência, formação de
8 gestores e estamos formando os gestores de 166 municípios, atualização do índice de homicídios na
9 adolescência, faltam ainda dados que possam ser usados no monitoramento das ações
10 governamentais, que é elaborar e publicar um estudo anual, sob essa questão dos homicídios,
11 elaborar e publicar uma série histórica bianual, tivemos o lançamento do mapa da violência, isso foi
12 muito importante para que a gente conseguisse montar, mas não temos informações confiáveis e
13 periódicas sobre esses homicídios sobre os jovens negros. Além disso, nós temos promoção da
14 equidade em saúde em populações em condições de vulnerabilidade do Ministério da Saúde, temos,
15 no MEC, priorização de atendimento a jovens negros dentro do Pró-Jovem, programas de usinas
16 culturais, que são muito importantes, que leva a cultura, leva os saberes para dentro das
17 comunidades, isso vai ser parceria com as prefeituras, onde a gente já está trabalhando com a
18 questão de construção de infra-estruturas, para que os jovens daquelas comunidades possam ter
19 acesso a um ambiente cultural e também espaço e biblioteca, estações da juventude, que é outro
20 programa, também do Minc, junto com a Secretaria Nacional da Juventude. O programa Mais
21 Educação para atender 6.451 escolas com essa temática da questão racial, apoiar estados e
22 municípios na implantação de intervenções de promoção de saúde, prevenção de violência e
23 desenvolvimento de atividades e projetos de esporte educacional, esporte recreativo, lazer para
24 escolares e população em geral, ou seja, a idéia de colocar equipamentos urbanos, de cultura, de
25 esporte, nessas áreas, nessas comunidades. Além disso, ainda temos, para se fechar a matriz com o
26 Ministério do Trabalho, que são programas mais direcionados para oportunidade de trabalho para a
27 juventude negra. A **Secretária Severine Carmem Macedo**, conselheira titular do CNPIR,
28 Agradeceu pela oportunidade de debater com vocês esse tema, que eu sei ser prioridade em uma
29 agenda histórica do movimento social; não é um tema que saiu da nossa cabeça no governo, porque
30 também tem um apelo no número, na situação de exclusão dessa juventude, esse processo histórico
31 de discussão em defesa do movimento social, do CNPIR, do Conselho Nacional de Juventude, é
32 fruto de uma ação de debate, que rolou com muita força no Encontro Nacional de Juventude Negra,
33 em 2007, e virou ação prioritária, resolução da I Conferência Nacional de Juventude, tem um
34 processo de formulação, além de estar na agenda prioritária da SEPPIR e da CNJ, isso foi um dos
35 pontos definidos em nosso planejamento estratégico da Secretaria Nacional da Juventude, queria
36 agradecer esse momento de apresentar um conjunto de idéias para que a gente possa qualificar a
37 ação desse tema e poder responder àquela nossa pergunta, o plano que nós queremos propor vai, de
38 fato, conseguir diminuir o índice de homicídios em relação à juventude, é essa a resposta que nós
39 estamos perseguindo e esse debate todo com a sociedade é para, de fato, qualificar e fortalecer,
40 junto aos ministérios as ações que não estão aparecendo, eventualmente, dentro do plano, é uma
41 grande conquista da própria sociedade, para dentro do governo, o legal dessa agenda é que não é
42 uma agenda da SEPPIR ou da SNJ ou da Secretaria Executiva do Fórum de Direitos, é uma agenda
43 prioritária do fórum, acho que essa é a conquista, teve um papel extremamente importante na
44 articulação que a SEPPIR fez de defender esse tema, que a Secretaria Nacional da Juventude fez ao
45 defender esse tema e articular com os demais ministérios e de fato assumido pela coordenação do
46 fórum, foi a primeira sala de situação instalada, demonstrando, de fato, a preocupação, o
47 compromisso do governo em relação a responder esse tema. Eu queria enfatizar outros dois
48 elementos que a gente acha que vem junto, somados ao racismo e cria essa explosão, que é o
49 critério, a condição geracional, o porquê que são jovens que morrem mais, ou seja, é uma fase da
50 vida em que a juventude está muito mais aberta ou desestimulada por conta da possibilidade ou não
51 da condição de suas trajetórias e se influencia de alguma maneira, o crescimento da violência em
52 relação a essa juventude e a questão territorial, esse indicativo de que 135 territórios no país

1 respondem a 70% dos homicídios, que tem uma concentração nessas áreas que se encontram os
2 nossos negros e negras, a juventude em maior situação de vulnerabilidade social, que são as
3 periferias das grandes cidades. Para concluir, uma companheira fez a pergunta do que são as
4 estações de juventude, mas a idéia é que as estações sejam um espaço, um equipamento público de
5 juventude, vão ser 300 para o Brasil inteiro, no nosso PPA a gente previu 300 e esses equipamentos
6 são espaços de articulação, integração da política de juventude no território, então a idéia é que seja
7 um espaço que ajude a informar, o jovem poder ter acesso a informações de quais são as políticas
8 que existem no município do governo federal como acessa e possam desenvolver, acessar algumas
9 políticas, além das informações e desenvolver iniciativas produtivas, culturais, projetos de inserção
10 laboral, educacional desses jovens no território. **Conselheira Milena Souto Maior Medeiros** a
11 minha fala é mais no sentido de uma contribuição, eu entendo que essa apresentação tenha sido um
12 resumo, mas salvo algumas exceções, não ficou muito claro o que são ações de curto prazo ao longo
13 do PPA, algumas estão indicadas, como 2012 até 2014, mas a maior parte não. Então, eu fiquei na
14 dúvida sobre a possibilidade de ações para o ano que vem, talvez fosse interessante hierarquizar, é
15 mais uma contribuição. **Conselheiro Clédisson Geraldo Dos Santos Junior** acho que é entender
16 também a perspectiva de que nós estamos lidando com um plano que não está finalizado e que a
17 gente vai passar por algumas instâncias até essa aprovação pela Presidenta da República, em um
18 processo também de compreender o momento em que nós estamos vivendo e fazendo uma
19 provocação, tanto para a SEPPIR quanto para a SNJ. Nós teremos, na próxima semana, daqui a
20 duas semanas, o início da conferência de juventude, aonde grande parte do que nós estamos
21 debatendo aqui será apresentado ao conjunto de delegados e delegadas que virão de todas as partes
22 do Brasil. Primeiro, é dizer que eu falo por mim e acredito também falar pelo companheiro Claudio,
23 que é membro da comissão, de que nós queremos nos apropriar desse espaço, queremos nos
24 apropriar dessa discussão com mais qualidade, acompanhar o dia a dia mesmo no sentido de ter
25 mais informes e também, no que for possível, no processo de consolidação do plano, mas
26 compeendo o espaço da conferência como um espaço muito rico no sentido de que nós vamos estar
27 dialogando objetivamente com grande parte dos interessados e interessadas no sucesso desse plano.
28 **Conselheiro Altair Dos Santos Lira** uma questão colocada seria mesmo essa articulação com o
29 PPA, sendo bem objetivo, mas eu queria colocar duas coisas em relação, por exemplo, ao
30 Ministério da Saúde, que um seria a própria fala do Ministro neste final de semana sobre a questão
31 do crack, precisa abordar e incluir a população jovem nessa dimensão, porque o crack, além de
32 outras drogas que a gente vem acompanhando, vem sendo um elemento forte nessa dimensão da
33 violência. A outra, que eu vi ali a questão de trabalhar com a questão da proteção de jovens,
34 também tem uma dimensão na questão da exploração sexual de crianças e adolescentes, de
35 violência sexual, muitos dos afetados são, principalmente, as mulheres negras e as jovens negras
36 indígenas. Um outro é a questão da violência ser de notificação compulsória, ser agregados por
37 idade, o Ministério da Saúde já tem isso, acho importantíssimo a gente pegar esses dados, que já
38 estão levantados, o Ministério da Saúde tem esse dado por idade, por raça, cor, pode trabalhar e ver
39 essa dimensão. O Brasil Sem Miséria é um outro dado importante que o próprio diagnóstico do
40 programa é que ela afeta jovens, colocando a zona rural, foi feito todo um levantamento, então
41 poder também articular essa dimensão da miséria, essa dimensão da pobreza como uma dimensão
42 de violência a que esses jovens estão expostos. E por último, a questão da articulação com o FIPIR,
43 por exemplo, na Bahia, que o órgão discuta isso; como é que a gente vai dialogar com esses
44 organismos para que eles, internamente, muitas dessas ações, por exemplo, sejam feitas com a
45 Polícia Militar, com a Polícia Civil dos estados, para que eles incorporem muitas dessas ações, não
46 fiquem no plano federal, mas que a gente possa estar incorporando estados e municípios,
47 principalmente aqueles que têm organismo de igualdade racial. **Conselheiro Edson Luiz França**:
48 eu fico muito feliz quando eu vejo a apresentação desse plano, eu acho que ele chega aqui com
49 bastante força pela presença do Ministro Gilberto Carvalho, pela presença da Severine, da Ministra
50 Luiza Bairros, a gente percebe que é um plano para valer, porque ao contrário de muitos planos que
51 a gente vê, que não tem meta, que não tem valor de quanto vai ser gasto e um monte de coisa, eu
52 acho que é um plano ambicioso e eu acho que ele também está bem discutido e eu faço referência a

1 isso ao o ENJUNE, a juventude negra, fez um processo político muito rico aqui no Brasil, tirou um
2 documento extremamente importante, foi para a última conferência, a I Conferência de Juventude,
3 aprovou aquele documento como uma das prioridades para a Secretaria Nacional de Juventude e
4 nessa próxima conferência, a Secretaria tem para apresentar, o governo tem para apresentar para a
5 juventude negra algo que, por enquanto, parece ser concreto, que também tem o problema de muitos
6 planos e pouca realização de fato, então eu quero parabenizar e parabenizar a juventude também
7 que teve capacidade política de impor essa pauta, e dizer que seria importante à gente ter acesso a
8 esse material para estar olhando para ele com mais calma e podendo apresentar uma ou outra
9 opinião, mas eu acho que ele é um plano bom, eu acho que é um plano interessante, mas se fosse
10 possível a gente trabalhar um pouco isso. E por fim, eu não consegui ver, não sei se passou, talvez
11 com o material na mão a gente consiga, uma preocupação que eu tenho é com as meninas, porque
12 quando a gente fala em genocídio, a gente pensa no moleque que usa crack, a gente pensa no
13 moleque que morre na mão da polícia, a gente pensa mais nessa violência, mais clássica. Nós, em
14 São Paulo, fizemos a nossa última marcha, que o Professor Eduardo referiu a ela e o tema principal,
15 o eixo principal era quanto ao genocídio da juventude negra, nós trabalhamos com esse conceito de
16 genocídio, genocídio da juventude negra e na discussão desse eixo, nós entendemos o genocídio
17 como uma série de negligências e de negação de direitos e de oportunidades e que leva e que
18 aumenta a situação de letalidade, mas que coloca a pessoa em situação de risco e as meninas têm a
19 questão do aborto, a questão do não atendimento para gravidez precoce e a própria violência, a
20 quantidade de viúvas adolescentes, que ficam super expostas também, têm que sair para a rua para
21 pedir esmola. Então, eu sei que o plano não consegue resolver todos os problemas da juventude,
22 mas é importante ter um olhar para essa parte que eu acho que é muito crítica na questão do
23 genocídio da juventude negra, que não é genocídio de meninos negros, é de meninos e meninas,
24 esse é o entendimento. **Conselheira Vera Regina Paula Baroni** inicialmente, eu quero saudar a
25 iniciativa, eu acho que essa iniciativa é tão mais importante pela capacidade de articulação entre os
26 diferentes organismos de governo, eu acho que isso rompe com a tradição que é cada qual na sua
27 caixinha, ou como a gente diz, cada qual no seu quadrado, então eu acho que é um esforço bastante
28 louvável, que os diferentes espaços de governo possam olhar conjuntamente para esse problema que
29 é um problema nacional e que tanto tem nos trazido sofrimento por ver o extermínio mesmo de
30 jovens, que vai afetar, daqui alguns anos, o futuro desse país. Vi que o Ministério do Trabalho e
31 Emprego está presente nesta articulação, a gente sabe, a juventude, para a juventude esporte e lazer
32 são importantíssimos, ações culturais são importantes, mas também muito importante é a
33 possibilidade de qualificação profissional dessa juventude, preparar para o futuro, quer dizer, ter
34 oportunidade. E por fim, eu queria também expressar uma preocupação que já foi falada aqui, que
35 mesmo sabendo que a maioria das vítimas dos homicídios são jovens homens, do sexo masculino,
36 eu acredito, pela percepção empírica, que o número de meninas, de jovens, meninas, tem
37 aumentado muito como vítimas e também vítimas da violência sexual e de gênero, que eu também
38 acho que tem que estar sendo tratado, por isso a importância da Secretaria da Mulher também nessa
39 articulação ministerial e é isso, fico muito feliz em saber que a SEPPIR conseguiu materializar a
40 busca de solução de um problema que nos trás tanto sofrimento, que é o extermínio da juventude
41 negra. **Conselheiro Ivo Fonseca Silva** também quero parabenizar a iniciativa da SEPPIR e demais
42 ministérios e também parabenizar a fala do ministro pela seguridade das ONGs, sociedade civil,
43 terceiro setor em si, que tem a responsabilidade com essa política nesse país. Agora quanto à
44 apresentação, quando fala nos 135 municípios, a gente não identificou quais são os municípios, eu
45 acredito também que são as capitais, é preciso que nós tenhamos uma diferenciação nas políticas,
46 porque o jovem de São Paulo, não é igual ao jovem de Salvador, do Maranhão no seu
47 desenvolvimento a certa idade, então era importante que a gente tivesse essa identificação com a
48 política diferenciada. Por exemplo, tem capitais no Brasil que nós vamos ter um jovem do êxodo
49 rural e esse jovem do êxodo rural ele tem que ter a política direcionada ao direito à terra. Outra
50 questão, também, que tem que ser diferenciada, que é a questão do meio ambiente, é o ambiente que
51 eu vou viver, que eu moro. O jovem que cresce com pai ou mãe solteira, que a casa não tem uma
52 receptividade, esse jovem cresce um pouco revoltado, porque ele vê a mãe dele não ter uma casa

1 adequada de se viver, eu dou um exemplo muito simples, se você tem uma rua que não entra carro,
2 evidentemente essa rua é violenta, ali há uma probabilidade do trânsito, a rua não tem esgoto e aí é o
3 saneamento básico e a outra coisa também que eu vejo é esse monitoramento da política, às vezes
4 os projetos vão direcionados para a prefeitura e eles ficam centralizados dentro de uma área que
5 talvez aquela área já teve outros benefícios, tem que ter um monitoramento, eu não sei como é que a
6 iniciativa está trabalhando isso para que essa política CHEGUE à comunidade naquela capital.
7 **Conselheiro Reginaldo Alves Chagas** temos a oportunidade de junto com o Mario Theodoro,
8 trabalhar nesse plano e desde que a gente vem desenvolvendo essas ações essa questão da violência
9 na população negra é um tema recorrente que o Ministério vem trabalhando em relação a esses
10 dados. A primeira coisa que eu queria colocar, a importância no quesito raça-cor no sistema de
11 informação, só é possível à desagregação desse dado em relação. Infelizmente, o sistema de
12 informação de mortalidade é o que tem o maior índice de registro do quesito raça-cor, é importante
13 que a gente faça uma luta para que a gente consiga a segregação também das pessoas vivas, então
14 assim, a gente consegue agregar um dado importante, mas apenas depois do óbito e colocar algumas
15 ponderações que eu acho que pelo tempo não foi possível estar colocando. A primeira é o número
16 de óbitos de intervenção legal, isso é, assassinato do estado, a pena de morte instituída, os negros
17 morrem duas vezes mais de intervenção legal do que a população branca, então se há necessidade
18 de que o plano também contemple a questão da segurança pública para mudar o perfil da
19 intervenção legal em relação a negros e a brancos. E respondendo um pouco em relação às
20 mulheres, o sistema de informação também segregava homens e mulheres, a mortalidade de mulheres
21 negras vem crescendo muito nos últimos anos e é o dobro das mulheres brancas, tanto por arma de
22 fogo quanto por arma branca, então todos os quesitos da mortalidade, há essa discrepância ética,
23 racial de gênero em relação às mulheres negras e eu ponderaria se era possível a gente não apenas,
24 eu sei que é um tema um pouco delicado, não tratar da violência, porque a violência tem diversos
25 matizes de violência, mas se alguém não poderia intervir na questão do homicídio, porque há a
26 questão do homicídio em si, da população negra de que é muito marcante e a gente poderia,
27 inclusive, tentar levar essa discussão para o Conselho Nacional de Saúde, empiricamente, fico
28 preocupado de como é que essas pessoas estão sendo atendidas nos pronto-socorros. Quando a
29 gente pega, também, a questão do trânsito, a mortalidade de motociclistas, que são os motoboys
30 negros, subiu assustadoramente, como é que a gente está atendendo esse pessoal no pronto-socorro,
31 como é que a gente está atendendo esse pessoal nas UPAs, então o negro, quando ele chega lá
32 acidentado tem o mesmo tratamento do branco, há necessidade de um plano todo de enfrentamento
33 dessa questão da mortalidade, por vários ministérios, a solicitação que esse fórum fosse discutido
34 no Conselho Nacional de Saúde para que a gente tenha outros desdobramentos na atenção e
35 assistência à população negra. **Conselheiro Helcias Roberto Paulino Pereira** já tem uma série de
36 colocações que contemplam, dizer da importância desse fórum e lógico, a juventude brasileira
37 precisa de ações muito efetivas, concordo com a conselheira Vera, a juventude tem que ser muito
38 escutada para que os outros não falem por ela, porque se sentem os donos da verdade em alguns
39 pontos, da mesma forma que a gente teve, por séculos brancos falando, decidindo em relação a nós,
40 negros, não dá também para os demais falarem da juventude, que só a juventude sente. A questão
41 do êxodo rural, é importante estar refletindo, existem jovens, eu particularmente trabalho numa
42 ONG ambiental, o CEAD, que era lá da Bahia e está em Alagoas com uma comunidade, a antiga
43 favela do lixão, em Maceió, onde a maioria dos jovens vieram do interior expulsos, alguns foram
44 vítimas, inclusive, do trabalho escravo, é importante ouvir a juventude e dar as condições para que
45 essa juventude possa ter essa visão do que ela é e esse empoderamento tem que acontecer. A droga
46 chega fácil, a violência é uma coisa absurda, para vocês terem uma idéia, há 15 dias atrás, um único
47 dia, das 7 horas da noite à 1 hora da madrugada, 16 jovens foram assassinados lá em Maceió, o
48 Brasil, daqui a pouco, está velho e o fórum vem de forma a dar uma esperança. **Conselheiro**
49 **Eduardo Ferreira de Oliveira**: muito oportuno esse fórum, que veio provar que a criação do
50 SEPPIR era uma necessidade histórica, só homens de governos, que estão embasados no interesse
51 popular e que tem, digamos assim, essa raiz, realmente, da nação brasileira, poderia ter a
52 sensibilidade suficiente para fazer um programa principalmente dessa magnitude e houve,

1 realmente, uma colaboração dos conselheiros, de outras instituições, mostrando que há um painel
2 muito amplo de consciência na formação desse fórum e tendo como referencia praticamente uma
3 visível oculta tendência de limpeza étnica; porque quanto mais você elimina, realmente o setor
4 jovem, está na hora da criação de uma nova geração, tanto mais ela poderá ficar mais negra, mais
5 pobre, mais branca, mais rica, então essas matizes, através dos dominantes, daqueles que têm o
6 poder histórico na mão são vistos e às vezes eles são contemplados alegremente com resultados
7 desse tipo, o que atrapalha, às vezes, os donos do poder e aqueles que detêm, realmente, a
8 dominação do poder econômico, é realmente o povo. Não havendo povo, não havendo gente, não
9 tem o que fazer, não tem a obrigação de dividir, realmente, o assalto, realmente, a economia
10 popular, o confisco está existindo, por exemplo, no caso dos bancos. Então, combater os juros altos
11 é uma das coisas importantes que não podem ser desligados dessa consciência de amparo à
12 sociedade brasileira como um todo e que tem, realmente, a sua preocupação central nesse caso, que
13 tornou-se alarmante, praticamente a nível universal, com relação à violência contra o negro que está
14 havendo realmente um país que se diz democrático e que procura, realmente, haver uma reação
15 muito grande, então a definição desse projeto é demonstração viva dessa consequência, nós somos,
16 realmente, um povo que não aceita, realmente, essa derrota, eu que sou, realmente, de origem negra,
17 me orgulho de ver tudo, realmente, que se passou com a história do meu povo, nós convivemos com
18 a violência, de tal forma, que conseguimos valorizar poucos os povos na história da humanidade,
19 conseguir prevalecer vivos e aumentar, ainda, o seu nível democrático numa sociedade, não é,
20 depois de passar por essa brutal violência, numa escravidão de quase 500 anos. Então, isso me
21 tranquiliza, porque eu estou vendo que estou vivendo uma geração que cresceu intelectualmente nos
22 seus valores morais, nos seus valores éticos, na sua intelectualidade e no seu desejo de seguir o
23 povo. **Conselheira Maria do Carmo** duas observações, uma a secretária Severine já tocou, que é a
24 questão da gente trabalhar com a prevenção e trabalharmos com o aspecto curativo, na questão
25 preventiva, a gente vê que as cidades, o grande centro está focada, mas como já foi dito aqui, nós
26 temos que lembrar que tudo que não podia, ou que não deveria chegar ao meio rural já chegou,
27 então nós temos que trabalhar de forma preventiva na zona rural e aí me lembrou um trabalho
28 interessante que está sendo realizados pelas EFAS, as Escolas Famílias Agrícolas e que o MDA está
29 trabalhando de forma ampliada neste contexto, porque já houve uma manifestação dessas escolas,
30 que a maioria dos alunos são afro-descendentes, a maioria deles e existem muitas escolas no país e
31 eles já pediram que a questão étnico-racial pudesse fazer parte do currículo dessas escolas. A outra
32 foi também tocada aqui e que vai passar por aquele trabalho que a SEPPIR já vem fazendo, já está
33 em fase, acreditamos, de um amadurecimento maior, que é a questão da instalação do SINAPIR,
34 que aí vai atender o que o Altair colocou e outros colocaram, que é, exatamente, essa questão do
35 pacto federativo, mas de Brasília junto com os estados e municípios, eu acredito que esse dois
36 pontos são fundamentais, é uma proposta da ouvidoria trabalhar juntamente com o CNPIR e o
37 FiPIR essas questões. **Conselheira Maria Aparecida Matos:** fiquei muito preocupada quando se
38 colocou 135 municípios, porque certamente os oito estados que compõe a Amazônia legal, não vai
39 dar para chegar lá se contando com os 135 municípios. E ultimamente morando no interior do
40 Tocantins e quanto à Amazônia Negra e da discussão de gênero e juventude quilombola, eu passei
41 por Rondônia, São Luis, Roraima, Porto Velho e Mato Grosso, recentemente, nesses últimos 2
42 meses, fazendo reuniões e pude perceber, principalmente no interior, a questão séria, dos jovens da
43 zona rural e desses municípios que eu não considero urbanas, eu considero cidades rurais, a questão
44 da empregabilidade, muito séria, a questão da moradia, porque ele sai dos quilombos, sai da zona
45 rural, para estudar, porque nessas zonas só tem ensino até a quarta série e aí eles têm que ir para a
46 cidade trabalhar como doméstica, principalmente as meninas e o índice de gravidez, doença, é
47 muito grande. **Conselheira Antônia Da Silva Samir Ribeiro** na verdade, só pedir a inclusão,
48 relembrando o fórum, os jovens da floresta, os jovens extrativistas, porque o que é que a gente tem?
49 Onde avança o desmatamento, a gente pode nitidamente ver que existe, também, o avanço da
50 violência contra o jovem, isso é um fato, você pode ver a questão do arco do desmatamento pode
51 até fazer um estudo sobre isso e eu queria referendar o que ela falou a respeito das escolas-família
52 agrícola e a escola-família cristã também, elas têm uma ramificação muito interessante, eu acho

1 bem legal a gente incluir, tentar trabalhar junto com esse grupo. **Conselheiro Cláudio Aparecido**
2 **da Silva** primeiro cumprimentar o fórum, porque realmente a proposta é bastante interessante e
3 dialoga de forma muito precisa com as demandas que estão colocadas. Primeiro, que um dos
4 principais índices de letalidade da juventude negra ele se dá em razão da ação legal, da ação das
5 polícias, civil e militares, sob dois aspectos, um na ação efetiva, na ação prática, que a polícia mata
6 mais os jovens negros e outra na inércia, porque a polícia civil sequer consegue descobrir quem
7 matou os jovens negros, eles fazem questão de não descobrir, tenho impressão de que naquelas
8 ações que estão apresentadas como ações que envolvem as polícias, há uma timidez muito grande e
9 tenho também impressão de que há mais abertura, tanto para nós da sociedade civil, é muito difícil e
10 sei que para os organismos de governo também, tem uma dificuldade tremenda, mas para aquelas
11 ações, por exemplo, uma matéria de ensino à distância, que provavelmente é facultativa, eu tenho
12 impressão que não vai render o efeito que a gente precisa, acho que sob este aspecto, era legal a
13 gente se debruçar um pouco mais e tentar verificar quais mecanismos nós podemos construir,
14 inicialmente de diálogo com esses organismos, de polícia civil e militar, mas os mecanismos
15 efetivos que vão garantir o resultado que a gente espera para essa ação. Outro aspecto que eu acho
16 importante a gente pensar, é com relação a empreendedorismo e empregabilidade da juventude
17 negra, que eu não consegui verificar, não tem na proposta essa questão, consigo verificar algumas
18 potencialidades de desenvolvimento de cadeias produtivas que envolvam a juventude negra. A
19 juventude negra de terreiro, a juventude negra rural, a juventude negra do hip hop, tem um potencial
20 imenso, nós temos no Brasil, hoje, um potencial imenso do desenvolvimento da cadeia produtiva do
21 hip hop, inclusive dialogando com JAPER, que tem caminhos extremamente promissores para a gente
22 poder construir isso, uma vez que a cadeia produtiva de hip hop americano, mas a cadeia produtiva
23 que eles conseguiram criar com o hip hop pode servir como referência para nós de forma bastante
24 potencial para isso. As escolas de samba têm um papel fundamental nisso, a escola de samba como
25 construção de espaço como potenciais espaços de construção de cidadania e de fortalecimento de
26 empreendedorismo juvenil de jovens negros também é bastante promissora e com relação à essa
27 questão do pacto federativo, um aspecto importante que eu chamo para o que o plano apresenta, é o
28 fato do governo federal já estar oferecendo recurso para isso. Quando você chega com um plano
29 que você não apresenta o que é, que você vai por e vai pedir para o governador pôr, o governador
30 vai te receber, fala tudo bem, beleza e tchau e não dá resposta. Agora, quando você fala
31 "governador, eu vou pôr 10 milhões, quantos o senhor pode pôr?", você cria uma condição de
32 sensibilização que passa da questão dos dados das informações que tem que apelar para aquela
33 política existir, então eu acho também que esse aspecto é bastante interessante. Quero reforçar a fala
34 do Clédisson, acho que a gente precisa fazer um debate bastante qualificado na conferência de
35 juventude sobre o plano para a gente poder, de forma mais participativa apresentar essa
36 preocupação, acho que ao governo, inclusive, é bom apresentar a preocupação do governo federal e
37 acho, também, que é importante, o Mario Theodoro falou comigo ontem, mas eu quero reafirmar o
38 compromisso de tentar construir um momento com o movimento hip hop para a gente poder fazer
39 um bate bola com a rapaziada e as meninas do movimento hip hop para a gente tentar, de alguma
40 forma, buscar mais contribuição do movimento hip hop. **Item 08 - PLENÁRIA DO GRUPO**
DIRETOR DO PLANO DE AÇÃO CONJUNTO ENTRE O GOVERNO BRASILEIRO E O
GOVERNO DOS EUA PARA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E A
PROMOÇÃO DA IGUALDADE – JAPER: **Luiz Cláudio Barcelos**, Gerente de Projetos Especiais da
44 SPAA/SEPPIR fez uma breve apresentação e logo após foi aberto o debate. O Conselheiro **Altair Lira**
45 informou que não fará mais parte do Ponto Focal do JAPER como representante do CNPIR e que não
46 participará da Reunião Plenária do Grupo Diretor do Plano de ação conjunto entre o governo brasileiro e o
47 governo dos EUA para eliminação da discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade. **Item 09 –**
ENCAMINHAMENTOS E DELIBERAÇÕES: Conselheiro Mário Lisboa Theodoro, presidindo
49 a Reunião, apresentou os seguintes encaminhamentos para deliberação do Pleno do CNPIR. 1-
50 Apresentação e aprovação dos relatórios das Comissões Permanentes: Foram aprovados os
51 relatórios. 2- **Fórum Interconselhos - Agenda “Violência Contra Jovens Negros”:** Foi aprovado os
52 nomes dos cinco (05) Representantes do CNPIR para participar da reunião do Fórum Interconselhos Agenda
53 “Violência Contra Jovens Negros”, sendo os seguintes componentes: 1- Clédisson Geraldo dos Santos

1 Júnior, União Nacional dos Estudantes – UNE; 2- Cláudio Aparecido da Silva, Associação de Promoção
2 Humana - SERUMANO; 3- Cleide Hilda de Lima Souza, Coordenação Nacional de Entidades Negras
3 CONEN; 4- Maria Helena Azomezohero, Conselho Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI BRASIL ;
4 5- Maria Aparecida de Matos, Rede Amazônia Negra – RAN. 3- **33ª Reunião Ordinária do CNPIR:** Foi
5 proposto para o mês de janeiro de 2012 a próxima reunião ordinária do Conselho, após o debate do Pleno, foi
6 aprovada a data de 30 e 31 de janeiro de 2012 onde será aprovada o calendário das reuniões ordinárias do
7 ano de 2012. **Rio +20:** A Conselheira Antônia Samir propôs como ponto de pauta para a 33ª RO CNPIR
8 convidar um assessor do Ministério do Meio Ambiente para falar do RIO +20. 4- **3ª Conferência Nacional**
9 **de políticas para as mulheres:** Foi aprovada o nome da Conselheira Maria Helena Azomezohero, Conselho
10 Nacional de Mulheres Indígenas - CONAMI BRASIL, como representante do CNPIR na Conferência. 5-
11 **Resolução número 005 sobre a Realização do 1º Encontro Nacional de Conselhos de Promoção da**
12 **Igualdade Racial dos Estados e Municípios:** Foi informado que a Comissão Permanente de FOMENTO À
13 CRIAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DE CONSELHOS DE IGUALDADE RACIAL mudou a solicitação
14 do 1º Encontro Nacional de Conselhos de Promoção da Igualdade Racial dos Estados e Municípios aprovada
15 na 31ª RO – CNPIR, passando de Resolução para Recomendação, conforme Parecer Técnico nº 11/2011 do
16 Gabinete da SEPPIR. 6- **Recomendação número 003:** O plenário do CNPIR reunido em sua 31º
17 sessão ordinária solicita ao Ministério da Integração Nacional que envide esforços no sentido de que
18 a Comunidade Quilombola Muquém da cidade de União dos Palmares/Alagoas, atingida por
19 catástrofe natural em 2010 e ainda hoje vivendo em situação precária e calamitosa, receba atenção
20 das políticas desse Ministério, sendo aprovada por unanimidade. **Encerramento –** Nada mais
21 havendo a tratar, o Secretário Executivo do CNPIR, Sérgio Pedro da Silva, encerrou os trabalhos da
22 32ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR

PAUTA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPIR/SEPPIR/PR 28 e 29 de novembro de 2011

Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto, Praça dos Três Poderes – Brasília/DF.

PAUTA

1. Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR;
2. Aprovação da Ata da reunião anterior;
3. Informes Gerais;
4. Leitura e aprovação da pauta;
5. Relatório do GT para o Encontro Ibero-Americanano;
6. Reunião das Comissões Permanentes
7. Encaminhamentos
8. Encerramento.

PROGRAMAÇÃO

28 de novembro de 2011

09h00 - Abertura e verificação de quorum mínimo para instalação do CNPIR

09h10 – Aprovação da Ata da reunião anterior

9h20 - Informes Gerais

10h30 – Leitura e aprovação da ordem do dia

10h40 - Lanche

10h45 – Relatório do GT para o Encontro Ibero-Americanano

12h15 – 14h00 – Almoço

14h00 – 18h00 – Reunião das Comissões Permanentes

1. Promoção e Defesa dos Direitos da Juventude Negra
2. Acompanhamento de Políticas e do Ciclo Orçamentário
3. Atos Normativos e Fortalecimento de Conselhos
4. Povos e Comunidades Tradicionais
5. Proteção e Defesa dos Direitos das Mulheres Negras
6. Comunicação e Informação



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - CNPIR

29 de novembro de 2011

09h00 – 11h00 – Apresentação dos Relatórios das Comissões.

10h30 - Lanche

11h00 - Fórum Direitos e Cidadania – Ministro Gilberto Carvalho e Ministra Luiza Bairros

12h30 - Intervalo almoço

14h00 – Encaminhamentos

18h00 – Encerramento.